

Natal e a “aprazível” Cidade Nova (1904-1930)

Ricardo José Vilar da Costa ¹

RESUMO

Este trabalho almeja entender as maneiras de viver das elites citadinas de Natal, nas primeiras décadas do século XX, momento em que novas condutas familiares e sociais marcavam os hábitos urbanos nas cidades brasileiras. Analisamos as mudanças em curso nas habitações em paralelo com as alterações da vida urbana, enfocando, sobretudo, os novos elementos de um estilo de vida “moderno” que se afirmava na capital. Estudamos a ocupação da região da Cidade Nova na perspectiva de um processo no qual a família nuclear, e suas casas burguesas, experimentavam uma vida “aprazível”, repleta de novos significados e valores. Apresentamos a relação entre o bairro e suas casas, que fomentavam o cotidiano das “boas famílias”. Buscamos compreender as cenas domésticas como momentos de legitimação dos modelos de vida desejados pelas elites da Cidade Nova, o que pode ser percebido pelo embelezamento das residências, pelo afastamento em relação a rua, pela crescente compartimentação dos cômodos, etc. Pesquisamos jornais e textos literários referentes ao período, destacadamente o jornal local *A República* e o livro *Gizinha*, de Polycarpo Feitosa, que nos apresentam possibilidades investigativas acerca dos referenciais do viver bem entre as famílias mais aquinhoadas da capital.

Palavras-chave: Primeira-República em Natal; Habitação; Cidade Nova.

ABSTRACT

This work analyses the presence of new standards of habitation detected in the construction of the region called *Cidade Nova*, in the first's years of the XX century. We studied the changes in the habitations and that occurred in the urban life, detecting the presence of the idea of “modernity” in the capital. Demonstrates the gradual occupation of *Cidade Nova* as an important modification happened in the city from that time on. That neighborhood adopted a new model on how to construct the houses of their citizens and helped to promote the urban life as a whole. From now on, Natal has a space meant for the home of their richest families. Recognizes, from many ways, many discourses, manners of living that was legitimized by the changing of the XIX to the XX century and has his highest point in the 1920's. And it was representative of the strong attachment about the habits of refinery and order in the essence of the private life of the local urban elites.

Keywords: First Republic; Habitation; Cidade Nova.

Nos primeiros anos do século XX, a cidade de Natal passou por alterações urbanas significativas. Neste trabalho, destacamos os aspectos das moradias do bairro pensado desde 1904 por iniciativa do governo dos Albuquerque Maranhão, bem como seguindo o plano traçado pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo. A região da Cidade Nova foi um espaço para o qual se dirigiu boa parte de uma elite citadina que desejava separar-se dos traços

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Município de Natal. rjvilar@yahoo.com.br

coloniais, ainda presentes, que cortavam partes da cidade “antiga”, da Cidade Alta e da Ribeira, bairros relacionados ao comércio e às instituições públicas, predominantemente.

O desenvolvimento da nova área, residencial, se insere não só no âmbito da iniciativa governamental, mas no próprio desenvolvimento do capitalismo no meio urbano e da introdução dos referenciais de viver-bem entre as elites locais. Diversos aspectos podem ser apreendidos do desenvolvimento do capitalismo no espaço urbano: a evolução do mercado de bens e serviços, possibilitando o alcance da população a mercadorias e a atividades antes indisponíveis, ou de difícil obtenção; a formação de um mercado de terras urbanas, transformando cada vez mais o território da cidade em mercadorias, que passam a ser valorizadas a partir de determinados referenciais de vivência (garantia de serviços públicos, proximidade da atividade comercial e de lazer, garantia de tranquilidade, possibilidade de recolhimento e afastamento da vida tumultuada do centro urbano, etc.). Contudo, nesse artigo, pretendemos ressaltar os aspectos da moradia e das relações estabelecidas entre a casa e o bairro, do espaço do lar às interferências do espaço público. Uma nova articulação ocorria.

A mudança no acesso às residências reflete bem o nível de relação estabelecido entre o público e o privado. As casas deveriam ter locais de intermédio em relação ao espaço público. Os contatos entre a casa e a rua, apesar de limitados, eram mais amplos. As moradias que foram construídas em Tirol e Petrópolis durante a ocupação do bairro ao longo das primeiras décadas do século XX apresentavam algumas interseções entre o espaço da intimidade e o espaço do mundo que seria o da vida cosmopolita que se tentava forjar dia a dia. Já em 1900, o republicanismo, atestando a vida “aburguesada” das moradias que iriam se consolidar na região da Cidade Nova estabelecia alguns parâmetros de vivência, conforme se consubstanciou, sobretudo, a partir da década de 1920.

Nas casas das 60 quadras que foram lançadas pelo Plano de 1901-1904, pensara-se, desde então, a estruturação da maneira de viver entre as residências do bairro e a rua. Conforme se procurou estabelecer no código de construção republicano, todas as casas deveriam ter um espaço interno que servisse de anteposição à chegada direta do visitante aos cômodos mais privados. Referimo-nos às casas das elites, cuja preocupação com a planta da moradia fazia menção à presença de escadas. Sobre elas, advertia-se que não poderiam conduzir as visitas diretamente ao espaço interno da casa, nem mesmo para um ambiente específico para atendê-las. O texto era ainda mais incisivo quanto aos demais compartimentos das residências. Defendia a presença de espaços simétricos e amplos, e privilegiava a mobilidade, defendendo a facilidade de acesso entre os cômodos: “Todas as casas devem ter uma ante-sala. A porta da escada nunca deve dar diretamente na sala de visitas e muito menos

na sala de jantar. Regra geral: os quartos e as salas devem ser regulares, espaçosos e de fácil acesso.”²

As camadas mais ricas possuíam, obviamente, melhores condições econômicas de realizar modificações no sentido de inovar na arquitetura das casas. Às porções menos abastadas, que pareciam ter o mesmo desejo pelo que era novo, restava imitar, na medida do possível, os elementos mais modernos.

Nesse processo, constituiu-se uma nova relação entre o espaço privado e a cidade. As casas, sobretudo dessas elites, inseriam-se dentro de novas relações com o espaço público, o que significava acesso a facilidades do mundo urbano. Quando um morador da Cidade Nova desejasse se deslocar, ele teria bondes à porta, conforme anunciavam os anúncios de jornais que contêm informações sobre a localização e, muitas vezes, sobre maiores detalhes da residência.

Para a historiadora Telma de Barros Correia, se estabeleceram novos pontos de conexão entre o público e o privado, de modo que “habitar” passara a ser um conceito reformulado pela sua relação com o urbano. E essa atmosfera da vida pública está, por sua vez, ligada às melhorias levadas a cabo pelas reformas citadinas, que objetivavam ampliar a funcionalidade da urbe conforme padrões modernos. Os equipamentos de uso coletivo conferiam aos bairros uma dimensão mais pública ao mesmo tempo em que os itinerários podiam ser selecionados pelos moradores dos bairros mais abastados.

define-se por intermédio de um novo modelo de moradia e de uma nova relação entre moradia e o urbano. Nesta nova relação a casa surge articulada a redes de infra-estrutura que alteram seu funcionamento, a equipamentos de uso coletivo – escolas, creches, etc. – que absorvem algumas de suas antigas funções e a lugares de trabalho externos à habitação, que modificam seu uso.³

Desde o início do século XX adentravam na vida moderna e burguesa referenciais de higiene que se aplicavam a casa e à individualidade. Essa racionalidade referente ao lar também se manifestava em questões relativas à limpeza e asseio⁴. No final da década de 1910 e início da década de 1920, período em que aumentou, nos jornais, o número de anúncios de casas à venda na região da Cidade Nova, pode ser notada uma crescente preocupação com os ambientes domésticos.

² A REPÚBLICA. 06 jan. 1900. Apud. OLIVEIRA. Giovana Paiva de. De cidade a cidade.

³ CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)*. São Carlos: RiMa, 2004, p. 121.

⁴ Ibid. p. 121.

Nesse momento, outra mudança cultural significativa se define: a noção de domesticidade. Ela se constrói através de ligação entre a vida privada e o lar, associada à moradia e ao conjunto de práticas e maneiras de viver que vemos florescer. Esta traria à casa novas significações que se associaram às maneiras de existir difundidas nas cidades que buscavam uma modernidade e, de forma mais ampla, pode-se falar numa mudança que afetou todo o Ocidente. O lar enquanto local da família, espaço de refúgio, guarida, difusor de hábitos e potencial formador do caráter, também se via na encruzilhada do progresso e do avanço das sociedades capitalistas e suas novas tecnologias. Tal conceito de domesticidade foi, segundo o historiador Wiltord Rybczynski, uma invenção do mesmo nível de qualquer outra criação humana. Ou seja, é uma noção que pode ser verificada dentro da investigação dos processos históricos. Uma construção social e, portanto, passível de ser datada. E ainda afirma o referido historiador que, “na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a nossa consciência”.⁵

Portanto, é possível compreender de que maneira a cidade de Natal viu surgir uma ampla gama de novas referências sociais e modernas ligadas ao âmbito da existência urbana e individual de seus habitantes. Quando se criou a área da Cidade Nova enquanto local destinado a atender os desejos das elites urbanas e, enquanto a transformação de uma “velha” cidade numa área marcada também pela presença do moderno que se constituía, foi na relação entre esses elementos, que emergiram novos padrões de vida e de consciência dentro de Natal. Conforme contido nas queixas dos cronistas locais, Natal acordava, a partir da década de 1910, mesmo que de forma inicial, para um tipo de habitação burguesa que poderia atender aos anseios de uma camada social de maior prestígio econômico de maneira eficiente. Isso alterava o modo de viver.

O princípio da construção residencial levava cada vez mais em consideração as normas arquitetônicas estabelecidas pelos arquitetos e urbanistas. A habitação não era mais um reflexo apenas de suas proporções, conforme nos tempos do século XIX. O interesse em representar o prestígio social através das dimensões externas e dos cômodos havia sido substituído pela concepção de uma casa inserida no mundo das novas funcionalidades da cidade e da própria residência, na qual as famílias se apresentavam pelas marcas do gosto pessoal e pelo respeito às normas do espaço público, como o alinhamento das ruas. Era a

⁵ RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986. p.61.

mudança em que pesava a passagem de uma vida cujos laços quase rurais davam lugar àquilo que representavam novos tipos de relações sociais típicas da modernidade.⁶

Nessas primeiras décadas do século XX, as alterações urbanas operadas pelo Estado e por particulares, trataram de aproximar a vida social das famílias mais favorecidas da cidade à cena “moderna”, oriunda dos grandes centros urbanos. Na década de 1920, nos anúncios de vendas presentes nos jornais locais fica claro que se trata de um tempo diferente. Referimo-nos ao discurso generalizado do que podemos chamar de elementos modernos. Neste caso, principalmente quando eles se referem à moradia.

As casas da região eram “bem construídas”, como destacavam inúmeras propagandas dessa época. Morar ali era sinônimo de conforto doméstico conforme veremos em seguida, mas também de bem-estar em viver de uma maneira ampla. O indivíduo habitava num lugar cuja identidade era marcada pela suficiência de alternativas de vida dentro do próprio espaço, sendo necessário o contato com outras atmosferas urbanas apenas em momentos específicos, como no caso das idas ao centro comercial da Ribeira e dos banhos de mar nas praias. Até mesmo algumas opções o encerravam dentro da atmosfera do bairro, que se verificam quando do surgimento de instituições e clubes na própria Cidade Nova, conforme citado no capítulo anterior.

As transições entre diferentes “níveis” de vida social e econômica eram evitadas, permitindo ao indivíduo que ali se estabelecesse uma vida afeiçoada ao padrão de moradia do próprio bairro, pensado como local de elite. As interferências do meio externo, tanto ao bairro quanto à casa eram negociadas. Ao mesmo tempo em que se vivia próximo, o homem vivia afastado dos demais meios, principalmente aqueles que geravam “suspeição”, conforme já vimos anteriormente.

O local de habitação responsável pelo bem viver significava também a manutenção de valores familiares e do que podemos chamar de uma burguesia urbana, que foi responsável pelo “aburguesamento” das casas de Natal no início do século XX.

Dessa maneira, dentro da Cidade Nova era resguardado e criado um elevado padrão de vida identificado com o apuramento dos hábitos. E o bairro conferia a oportunidade, a cada dia mais, de se proteger do universo público. Não haveria o medo em cair no universo da

⁶ THEODORO, Janice. *São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica*. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, p. 201.

inexatidão ou da falta de identidade ⁷, dentro de Tirol e Petrópolis. A área para qual se dirigiam as elites urbanas manteve um ambiente amistoso para os seus pares.

A conquista de espaços dentro da cidade apresentou como elemento importante a manutenção e a caracterização de uma camada cidadina que trouxe, além do ordenamento da vida urbana, à busca pelo estabelecimento de rituais de vida. Nesse sentido, era o tempo em que importava a maneira de morar e o local da moradia.

Na Cidade Nova, a proximidade das habitações a certos espaços centrais como elemento de apelo nos anúncios dos jornais era recorrente. ⁸ Quando a moradia se situava próxima a praças, ou aos trilhos dos bondes, o vendedor do imóvel destacava essas qualidades, associando um novo significado ao espaço urbano. Em um dos casos, ao anunciar a venda de uma residência situava nas proximidades da Praça Cívica isto ficou bem caracterizado. Assim, alguns lugares da nova região correspondiam à símbolos de uma boa moradia, em função tanto da localização quanto do que a habitação oferecia do ponto de vista de uma qualidade de vida baseada na saúde, ou na comodidade do acesso ao transporte público. O mesmo se percebe em uma propaganda de 1916. O anúncio de um abastado comerciante dizia vender “barato, uma casa nova, de tijolo, bem construída, com três quartos, com janelas para fora (...) e perto da linha de bondes”. ⁹ É possível perceber nos anúncio o quanto era necessário afirmar alguns progressos defendidos para a moradia, responsáveis por permitir o desenvolvimento pleno de um bom convívio entre moradores da mesma estirpe.

Outra tendência habitacional foi a maior divisão interna da casa. Parecia necessário que esta tivesse bons cômodos, que permitissem uma vida confortável, além de certo luxo, conforme o gosto apurado de seus moradores. Uma residência de propriedade do “Dr. Castello Branco” oferecia uma boa quantidade de cômodos e uma perfeita localização para uma vida próspera. “Encravada no Monte Petrópolis”, prometia um “preço cômodo” e uma “casa bem construída, toda de tijolos”. A guarnição no ambiente doméstico era agora mais sofisticada. O tempo da grandiosidade conferida apenas pelo tamanho da moradia havia passado dando lugar à necessidade de possuir boa compartimentação. A casa do “Dr. Castello

⁷ Sobre a mudanças e significados que aconteceram no século XX na relação entre o indivíduo e o bairro, ver: PROST, Antoine. *Fronteiras e espaços do privado*. In: ARIËS, Philippe. DUBY, Georges. *História da vida privada*, vol. 5. p. 115.

⁸ O conceito de “Pontos nodais”, de Kevin Lynch, poderia ser aqui utilizado. Ele se refere a determinados lugares de um bairro, que exercem função estratégica e central em relação aos serviços e às atividades cotidianas dos moradores. Ver: LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. p. 80.

⁹ A REPÚBLICA, dezembro de 1926.

Branco” é bastante simbólica dentro dessa discussão. Continha “duas salas, três quartos, cozinha, despensa”, além dos serviços de limpeza individual.¹⁰

O fato de a residência possuir tais compartimentações nos é interessante no que diz respeito às relações da residência com a entrada de elementos externos. Era uma moradia que apresentava “duas salas”. Esses espaços da casa são representativos da necessidade de se “negociar” com o espaço público as idas e vindas. Uma vez que a sala era o local em que se recebiam as visitas, sem, no entanto, permitir a entrada dessas nos recantos mais íntimos da moradia. Estavam protegidos os elementos mais pessoais dentro de uma casa muito mais compartimentada. Ao mesmo tempo, o que vinha de fora recebia uma intermediação “necessária”, fechando o ambiente privado de todo tipo de ingresso.

Ainda devemos mencionar que as casas já atendiam às regras de construção que defendiam certo afastamento lateral e frontal em relação ao lote vizinho, outra maneira de se diferenciar os espaços. O que era de determinada família estaria ainda mais guardado dentro do abrigo do lar, mesmo para os olhares de vizinhos ou transeuntes curiosos. Além disso, a possibilidade de saídas e entradas na casa estava intermediada por salas, entradas principais e acessos laterais, além de varandas e jardins. A rua estava perto, mas ao mesmo tempo convenientemente afastada do ambiente doméstico. No caso da casa do Sr. Castello, cujo nome é sugestivo quando pensamos uma legitimação de certos hábitos pelas camadas abastadas da cidade, havia também um gradil de ferro que garantia a segurança dos seus.

Através dos anúncios o incremento da moradia em Tirol e Petrópolis acentuou-se na década de 1920. São inúmeros os casos de residências que apresentam as referidas características como as que apresentam o caso acima. No mesmo ano, podemos destacar um caso bastante parecido, com elementos da mesma ordem. Prezava-se uma qualidade de vida que seria proveniente do lar. Não era suficiente situar-se na Cidade Nova, mas apresentar tipologia parecida, alavancaria os bons modos do morador. Era o espaço de consolidação do novo padrão habitacional. Nesse outro caso, destacavam-se os seguintes cômodos: “duas salas de frente, uma de jantar, quatro quartos, copa, despensa, cozinha, banheiro com depósito d’água e mictório, com mais dois grandes salões fora da dependência da mesma, próprios para estabelecimentos”.¹¹ O anúncio, que ainda encaminhava os interessados a tratar com o proprietário na própria residência, apresentava as citadas “duas salas, uma de jantar”. No espaço das refeições, constituía-se o ambiente da família nas horas dos rituais estritamente

¹⁰ A REPÚBLICA, Natal, fev. 1920.

¹¹ A REPÚBLICA, 1920.

domésticos, de reunião e de comer. Mais uma vez, está presente o olhar seletivo da casa para o que estava situado além dela: a rua. Se a privacidade pode ser compreendida como mostrar-se seletivamente ao mundo, a família da Cidade Nova tinha a sala de estar como filtro. Não eram todos que passavam para a sala de jantar ou para os outros cômodos da casa.

Uma passagem do livro *Gizinha* nos mostra que o espaço da sala servia, depois do muro, do jardim da frente e, em muitos casos, da varanda, como meio de ligação do visitante com o seio da vida familiar. Num diálogo entre os personagens Adalgiza e Castro, percebemos as relações entre as visitas e seus anfitriões:

A copeira veio avisar que o café estava na mesa. [...] Castro recolheu diante dessa ocorrência amável.
Na sala de jantar Adalgiza indicou-lhe o lavatório, e, enquanto ele purificava as mãos, ele gabou a largueza e a claridade da sala, o arranjo da mesa, onde várias coisas apetitosas se ostentavam.¹²

É possível perceber que Castro estava no local de transição da casa até ser convidado a entrar em outro ambiente. Ele enalteceu as qualidades do recinto que até então não havia avistado. A outra sala estava resguardada do contato de todos os de fora. A Castro fora permitido adentrar no lar de Gizinha e seu marido Julinho. Naquele momento, passara pela antecâmara que filtrava tudo conquanto fosse obrigatoriamente vindo de fora. Nas residências, outros cômodos, como o escritório, também se revezavam nessa função.

O escritório aparece como um espaço privado bastante marcado pelo uso masculino, uma vez que muitos ainda viam as mulheres como pessoas inaptas para algumas dimensões da vida moderna, sobretudo no que concernia às reflexões políticas e a representatividade maior da vida social da família. À mulher outros papéis sociais eram destinados, inclusive, o de ornamento. Mas “negócios” era um tema masculino.¹³ Também “filtrava-se” a ocupação, mesmo que temporária, em partes da casa. A visita era cuidadosa, os olhares deveriam ser direcionados e convidativos a certos ambientes. Assim, para quem visitava o lugar, entrar nos domínios da sala de jantar, por exemplo, só era possível, ou de bom tom, se tivesse partido de um convite do anfitrião.

Desta maneira podemos afirmar que a moradia da Cidade Nova continha, geralmente, diversos lugares que iam intermediando a entrada das pessoas nos demais ambientes da casa. Antes da sala de jantar, uma sala de visitas inspirada em ornamentação e hábitos europeus. A

¹² FEITOSA, Policarpo. *Gizinha*, p. 123.

¹³ Embora não pretendamos adentrar numa discussão acerca de gênero durante esse período, o tema é fundamental e diz muito sobre a vida doméstica. Para mais reflexões específicas e completas sobre o assunto, ver: CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*.

copa reunia serviços especializados e afastados do espaço social da casa e ainda mais distante ficava a cozinha. A vida doméstica era um ambiente de alguns subterfúgios. Era o olhar seletivo da vida privada em relação ao visitante, numa relação de proximidade e de distanciamento.

A sala de jantar reunia a família, instituição fundamental para a manutenção dos laços sociais e maneiras de ver estimuladas pelo regime republicano. Era objeto de constante atenção dos discursos que provinham de diversos setores da sociedade. Nos momentos de refeições, os encontros familiares reforçavam a função daquele lugar como importante elo entre a casa e a mundanidade do lado de fora desta. Era um momento que propiciava a organização da família, num ambiente que também, por sua proteção, permitia aos moradores sentirem-se à vontade com relação à vida pública.

Locais amplos em casas arejadas da Cidade Nova representavam o prazer do viver bem nas residências construídas na região a partir da década de 1910 e principalmente na década de 1920. Além de se concentrar sobre as qualidades das casas do bairro, os jornais apelavam para outras questões relacionadas à habitação. Nos periódicos, destacavam-se a localização de pontos comerciais, de casas a venda e o privilégio de ter o bonde à porta. Já haviam sido estabelecidas diversas relações entre morar nessa área e a condição social. Além disso, os fatores sociais de distinção importavam de maneira considerável, especialmente por serem novos bairros reduto de grupos sociais abastados.

FONTES

ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia, 1976.

A REPÚBLICA. 1897, 1901, 1914, 1918, e década de 1920.

Brasileira, 1980. [1. ed.: 1946].

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização

CASTRICIANO, Henrique. *Sobre “Educação da mulher”*. Natal, Tipografia do Instituto – 1911. Conferência.

CASTRICIANO, Henrique (e outros). Crônicas publicadas no jornal A REPÚBLICA. CD-ROM.

BIBLIOGRAFIA

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil: 1870 – 1950*. São Carlos: RiMa, 2004.

DANTAS, George. DANTAS, Ana Caroline. FERREIRA, Ângela Lúcia. *Surge et ambula*. Natal, EDUFRN, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade: o processo de modernização do Natal, 1889/1913*. Natal: EDUFRN, 2000.

PROUST, Antoine. *Transições e interferências*. In: _____; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada*. V. 5 - Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das letras. 1992.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Potengi: fluxos do Rio Salgado no século XIX*. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

_____. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)* Natal, RN, 2006. 180 f. Mestrado em Arquitetura - Curso de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RYBCZYNSKI, Wiltord. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SENNETT, Richard.. *O fim da cultura pública*. In: _____. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 317-328.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THEODORO, Janice. *São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica*. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.